



192
128

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0185614-0/01
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco
EMBARGADO: Luiz Duarte Gomes
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5224
- R

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **1.** Primeiramente, impende explicitar que os valores devidos a título de gratificação de incentivo hão de ser calculados com observância da prescrição quinquenal. **2.** No que concerne ao pedido de condenação do embargado em honorários advocatícios e a sua correspondente compensação com o crédito do autor perante o Estado, anotou-se que ambas as partes sucumbiram, não sendo possível mensurar, nesta fase de conhecimento, a expressão econômica dos respectivos decaimentos, de modo a permitir a formulação de um juízo comparativo da ordem de grandeza de cada um deles. **3.** Nesse cenário, é de ser reconhecida a sucumbência recíproca – cada parte arcando com a verba honorária de seus patronos. **4.** Embargos de Declaração parcialmente providos, para integração do julgado, sem qualquer efeito infringente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0185614-0/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0185614-0/01
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco
EMBARGADO: Luiz Duarte Gomes
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão que deu **provimento parcial** à **apelação cível** interposta pelo ora embargado **Luiz Duarte Gomes**, em ordem a julgar parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o embargante ao pagamento dos valores da gratificação de incentivo que o autor deixou de auferir no período compreendido entre 1º de janeiro de 1999 (art. 11, da LC nº 27/99) e o mês em que efetivamente passou a perceber a referida vantagem em seus proventos.

Argúi o Estado embargante, em suas razões recursais, que o acórdão impugnado seria omissos (i) ao não consignar na parte dispositiva do julgado a incidência da prescrição o quinquenal e (ii) por não condenar o autor nos honorários advocatícios, uma vez que o mesmo foi vencedor de parte mínima do pedido.

Ainda, pugna pelo abatimento/compensação do valor dos honorários advocatícios no crédito do autor perante o Estado.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA PARA O SERVIÇO DA PMPE. REFORMA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS DO MESMO GRAU HIERÁRQUICO DA ATIVA. PRETENSÃO DE RETIFICAÇÃO DO ATO DE REFORMA. PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. DECRETO Nº 20.910/32. AUXÍLIO INVALIDEZ. ADICIONAL DE INATIVIDADE. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 85, DO STJ. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA. 1. O cerne da presente lide reside em aferir se o apelante faz jus à revisão do seu ato de reforma, a fim de que seja reconhecido o seu direito aos proventos integrais do grau hierárquico superior, de "2º Sargento PM", e bem assim a percepção do "auxílio-invalidéz", da "gratificação de incentivo" e do "adicional de inatividade", calculados com base no soldo integral daquela graduação hierárquica, e com efeitos retroativos à data da sua reforma, em 03 de março de 1988. 2. A esse respeito, entendeu a douta magistrada a quo que os pedidos da inicial encontravam-se fulminados pela prescrição, eis que a presente ação

EMB DECLAR. 0185614-0/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

194
148

fora proposta há muito mais de 05 (cinco) anos do ato de aposentação do apelante. 3. Deveras, é consabido que, de acordo com o art. 1º, do Decreto Federal nº 20.910/32, o direito de ação contra a Fazenda Pública se exaure em cinco anos. 4. Dentre os pedidos deduzidos na inicial, pretende o ora apelante a retificação do seu ato de reforma, editado em 03 de março de 1988, para o fim de ter assegurada a promoção para o grau hierárquico superior, de 2º Sargento PM. 5. No entanto, a pretensão em lume somente foi deduzida em Juízo em 03 de janeiro de 2005, ou seja, 16 (dezesseis) anos e 10 (dez) meses depois de praticado o ato dito ilegal. 6. Em casos tais, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é firme no sentido de que a prescrição quinquenal atinge o próprio fundo do direito, na hipótese de revisão do ato administrativo de reforma, com a conseqüente promoção do militar a um posto superior na carreira. 7. Por oportuno, insta ressaltar que o pedido de retificação do ato de reforma não diz respeito a "prestações de trato sucessivo", porquanto a sua discussão de fundo cinge-se a legalidade do referido ato administrativo que transferiu o apelante para a inatividade com proventos proporcionais e no mesmo grau hierárquico da ativa. 8. Sendo assim, resta evidente que não assiste direito ao autor/apelante à revisão do seu ato de reforma, pois transcorridos (muito) mais de cinco anos da sua aposentadoria, quando da interposição da ação ordinária em apelo. 9. Com relação ao pedido de percepção das vantagens denominadas "auxílio-invalidez", "gratificação de incentivo" e "adicional de inatividade", sobre base de cálculo diversa (soldo de 2º Sargento) e a contar da data de aposentação do apelante, não há prescrição do fundo do direito, eis que as vantagens derivam de prestações de trato sucessivo, razão pela qual é de rigor a aplicação da Súmula nº 85, do Superior Tribunal de Justiça. 10. Afasta-se, por isso, a prescrição das referidas vantagens, e passa-se, ato contínuo, ao exame de mérito, nos termos do art. 515, § 3º, do CPC, tendo em vista que a causa está madura para tanto. 11. No que tange ao pedido de percepção do "auxílio invalidez", inexistente nos autos notícia de que o apelante necessite de cuidados permanentes de enfermagem e/ou hospitalização, cuja caracterização a legislação de regência elegeu como requisito para assegurar ao militar a percepção da referida gratificação. 12. No tocante ao adicional de inatividade, segundo afirma o autor na inicial, o percentual então previsto no art. 91, da Lei nº 10.426/90 (atualmente revogado) estaria incidindo sobre base de cálculo incorreta - o soldo de "Soldado PM" -, ao invés de ser calculado sobre o soldo de "2º Sargento PM", que pretendia ter reconhecido como padrão de vencimento por ocasião da revisão do seu ato de reforma. 13. Todavia, à vista da prescrição do pedido de revisão do ato de aposentadoria, o pedido de percepção do adicional de inatividade incidente sobre outro padrão de vencimento (diverso daquele contemplado no ato de aposentação) encontra-se prejudicado. 14. No que tange à gratificação de incentivo instituída através da Lei Complementar nº 27, de 13/12/1999, observe-se que a discussão de fundo já se encontra sumulada no plano local, nos termos da Súmula nº 23, do TJPE. 15. Ademais, é consabido que o Estado de Pernambuco e os entes previdenciários estaduais não mais contestam a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Incentivo conferida



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

158 195

aos policiais militares da ativa pela LCE nº 27/99. 16. Assim, restando pacífico o direito do autor/apelante à percepção da referida gratificação, é legítimo o recebimento dos valores que deixou de perceber aquele título, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1999 (art. 11, da LC nº 27/99) e o mês em que efetivamente passou a perceber a vantagem em seus proventos, ficando a definição do respectivo quantum para as fases processuais subseqüentes, respeitando-se, contudo, a prescrição quinquenal das parcelas anteriores à propositura da ação. 17. Apelação cível parcialmente provida”.

Primeiramente, cuido de explicitar - tal como já o fizera na fundamentação do voto condutor - que os valores devidos a título de gratificação de incentivo não de ser calculados com observância da prescrição quinquenal (restando excluídas, pois, da carga condenatória, as parcelas vencidas antes do quinquênio imediatamente antecedente à data da propositura da ação).

No que concerne ao pedido de condenação do embargado em honorários advocatícios e a sua correspondente compensação com o crédito do autor perante o Estado, anoto que ambas as partes sucumbiram, não sendo possível mensurar *a priori* (nesta fase de conhecimento), a expressão econômica dos respectivos decaimentos, de modo a permitir a formulação de juízo comparativo da ordem de grandeza de cada um deles.

Nesse cenário, tenho que é de ser reconhecida a sucumbência recíproca, caso em que cada parte deve arcar com os honorários de seus respectivos patronos.

Em face do exposto, **dou provimento parcial** aos presentes aclaratórios, em ordem a: (i) fazer consignar, na parte dispositiva do acórdão embargado, a incidência da prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio imediatamente antecedente à propositura da ação; e (ii) a reconhecer a sucumbência recíproca, com cada uma das partes arcando com os honorários de seus patronos.

Recife, 20 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator